

## AGROECOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: A CONTRIBUIÇÃO DO PRONAF AGROECOLOGIA PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PARAÍBA

Renata Mariano Cardoso de Oliveira<sup>1</sup>

Helmara Giccelli Formiga Wanderley Junqueira<sup>2</sup>

**RESUMO:** A agricultura familiar constitui elemento estruturante do desenvolvimento rural brasileiro e desempenha papel estratégico na produção de alimentos, geração de emprego e preservação ambiental. Nesse contexto, a agroecologia consolida-se como alternativa ao modelo convencional de agricultura ao valorizar os conhecimentos tradicionais das comunidades rurais, a conservação dos recursos naturais e a integração entre produção agrícola e preservação ambiental. O presente estudo tem como objetivo analisar as contribuições do PRONAF para os agricultores familiares na Paraíba, como instrumento de desenvolvimento rural sustentável, contextualizando a evolução histórica da agroecologia e enfatizando as dinâmicas observadas no Nordeste brasileiro e, particularmente, no financiamento da agroecologia na Paraíba, destacando os avanços, desafios e contribuições dessa política para a consolidação de sistemas agrícolas mais sustentáveis e socialmente inclusivos. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, de caráter bibliográfico e documental e na análise de dados provenientes de fontes oficiais como o Painel de Monitoramento do PRONAF. Foram analisados o número de operações contratadas, o volume de recursos financiados, a distribuição regional dos recursos e a evolução das linhas de crédito, considerando as safras de 2013/2014 a 2025/2026. Os resultados evidenciam a expansão do crédito rural destinado a agricultura familiar e destacam a participação do estado da Paraíba quanto ao número de contratos firmados do PRONAF Agroecologia, demonstrando a relevância da política para o fortalecimento da agricultura familiar, ao mesmo tempo em que apontam para a necessidade de políticas públicas complementares que contribuam para enfrentar as contradições existentes entre os diferentes modelos de desenvolvimento agrícola e promovam maior equilíbrio entre crescimento econômico, justiça social e conservação ambiental.

I

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Agroecologia. PRONAF. Desenvolvimento rural. Políticas públicas.

<sup>1</sup> Mestra em Gestão e Sistemas Agroindustriais (PPGGSA/UFCG), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: [renatamarianoss@gmail.com](mailto:renatamarianoss@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em História (PPGH/UFPE). Professora Associada da UAD/CCJS/UFCG, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: [helmara.giccelli@professor.ufcg.edu.br](mailto:helmara.giccelli@professor.ufcg.edu.br).

**ABSTRACT:** Family farming constitutes a structuring element of Brazilian rural development and plays a strategic role in food production, employment generation, and environmental preservation. In this context, agroecology has consolidated itself as an alternative to the conventional agricultural model by valuing the traditional knowledge of rural communities, the conservation of natural resources, and the integration of agricultural production with environmental preservation. This study aims to analyze the contributions of PRONAF to family farmers in Paraíba as an instrument of sustainable rural development, contextualizing the historical evolution of agroecology and emphasizing the dynamics observed in Northeastern Brazil and, particularly, in the financing of agroecology in Paraíba, highlighting the advances, challenges, and contributions of this policy to the consolidation of more sustainable and socially inclusive agricultural systems. This is a qualitative-quantitative study of a bibliographic and documentary nature, based on the analysis of data from official sources, such as the PRONAF Monitoring Dashboard. The number of contracted operations, the volume of financed resources, the regional distribution of resources, and the evolution of credit lines were analyzed, considering the 2013/2014 to 2025/2026 crop years. The results demonstrate the expansion of rural credit aimed at family farming and highlight the participation of the state of Paraíba in terms of the number of PRONAF Agroecology contracts signed, demonstrating the relevance of this policy for strengthening family farming, while also pointing to the need for complementary public policies that contribute to addressing the contradictions existing between different agricultural development models and promote greater balance among economic growth, social justice, and environmental conservation.

**Keywords:** Family farming. Agroecology. PRONAF. Rural development. Public policies.

2

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar desempenha papel fundamental na estrutura produtiva do meio rural brasileiro. Dados do Censo Agropecuário de 2017 indicam que aproximadamente três quartos dos estabelecimentos rurais do país são classificados como agricultura familiar (IBGE, 2019). Esse segmento é responsável por parcela significativa da produção de alimentos consumidos internamente, além de contribuir para a geração de renda, para a preservação de saberes tradicionais e para a manutenção da população no campo (Grisa; Schneider, 2015).

Nas últimas décadas, as discussões sobre sustentabilidade, segurança alimentar e os limites do modelo agrícola tradicional ampliou o debate sobre modelos alternativos de produção agrícola. Nesse contexto a agroecologia surgiu como um campo científico interdisciplinar, “destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis” (Caporal; Costabeber, 2004, p.11), fundamentado na conservação dos recursos naturais, na valorização da

biodiversidade ecológica e diversidade sociocultural, no reconhecimento dos saberes locais e na promoção da equidade social no meio rural.

Ao articular conhecimentos científicos e experiências acumuladas pelos agricultores, a agroecologia propõe estratégias de manejo capazes de promover o desenvolvimento rural sustentável, fortalecendo a autonomia das famílias agricultoras, reduzindo a dependência de insumos externos e promovendo formas mais sustentáveis de produção e reprodução social no campo (Caporal; Costabeber, 2004).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996 com o objetivo de ampliar o acesso ao crédito rural e promover o desenvolvimento econômico e social dos agricultores familiares caminhou paralelamente ao fortalecimento do debate agroecológico, passando a ocupar posição estratégica na agenda de desenvolvimento rural brasileiro. Ao longo de sua trajetória, o programa passou por sucessivas reformulações, incorporando linhas de financiamento voltadas a públicos e sistemas produtivos específicos (Brasil, 1996).

Entre essas reformulações, destaca-se a criação do PRONAF Agroecologia como uma modalidade de crédito destinada a apoiar agricultores familiares interessados na implantação, manutenção ou transição para sistemas produtivos agroecológicos e orgânicos. De acordo com Oliveira (2012, apud Aquino et al., 2017), essa linha de crédito começou a operar na safra 2005/2006, apresentando os seguintes objetivos:

Financiar a implantação e manutenção de sistemas agroecológicos de produção, conforme normas estabelecidas pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e sistemas orgânicos de produção, conforme normas estabelecidas pelo Mapa. (Oliveira 2012, apud Aquino et al, 2017, p. 204)

O autor aponta que a criação do Programa ocorreu em um cenário marcado pela pressão dos movimentos sociais rurais e pela crescente demanda por alimentos saudáveis, além das recomendações de acordos internacionais e da preocupação com os impactos econômicos e ambientais da agricultura convencional, dando origem ao “PRONAF VERDE” (Aquino, Gazolla, Schneider, 2017, p.203). Esse conjunto passou a englobar as linhas especiais de crédito do Pronaf Agroecologia, Pronaf Floresta, Pronaf Semiárido e Pronaf ECO, representando o reconhecimento das demandas da agricultura familiar para a construção de um modelo agrícola mais sustentável, com ampliação das oportunidades de investimento dos produtores

interessados em modelos alternativos ao padrão predominante no campo (Aquino, Gazolla, Schneider, 2017).

Entre essas modalidades o PRONAF Agroecologia constitui um importante instrumento de incentivo à adoção de sistemas produtivos sustentáveis, materializando-se através da oferta de crédito destinado ao financiamento de sistemas de produção de base agroecológica, incluindo aqueles em processo de transição, bem como sistemas orgânicos de produção e os custos relacionados à implantação e manutenção dos empreendimentos (Banco Central do Brasil, 2021). Além do acesso ao financiamento, o acesso ao conhecimento técnico-científico compatível com os princípios e metodologias de uma agricultura de base ecológica também é fundamental para alcançar o salto de qualidade proposto pelo modelo (Caporal; Costabeber, 2004). Daí a importância da articulação com serviços de assistência técnica e extensão rural, fundamentais para orientar os agricultores durante os processos de transição produtiva e consolidação dos sistemas agroecológicos.

No cenário nacional, a região Nordeste tem se destacado pela expressiva presença da agricultura familiar, concentrando aproximadamente metade dos estabelecimentos da agricultura familiar do país e desempenhando papel relevante na produção de alimentos destinados ao mercado interno (Castro; Freitas, 2021). A adoção de práticas agroecológicas associadas à agricultura familiar, especialmente em áreas caracterizadas por condições climáticas desafiadoras está fortemente vinculada com a presença da agricultura de base camponesa (SANTOS et al., 2014; CASTRO; CEREZINI, 2024). Nesse contexto a Paraíba tem assumido posição de destaque na utilização dos recursos do PRONAF Agroecologia conforme amplamente divulgado pelas mídias locais e sites oficiais, com base nos dados apresentados pelo painel de monitoramento do PRONAF, consolidando-se como referência nacional.

Diante desse cenário, torna-se pertinente questionar em que medida o PRONAF Agroecologia tem contribuído para o desenvolvimento da agricultura familiar na Paraíba? A realização deste estudo justifica-se pela pouca produção acadêmica sobre a temática. Embora exista ampla produção científica sobre agricultura familiar e crédito rural no Brasil, ainda são limitados os estudos que analisam especificamente os impactos da linha PRONAF Agroecologia e sua relação com as dinâmicas produtivas da agricultura familiar na Paraíba.

Considerando esse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar as contribuições do PRONAF como instrumento de desenvolvimento rural sustentável, contextualizando a evolução histórica da agroecologia e enfatizando as dinâmicas observadas

no Nordeste brasileiro e, particularmente, no financiamento da agroecologia na Paraíba, com destaque para os avanços, desafios e contribuições dessa política para a consolidação de sistemas agrícolas mais sustentáveis e socialmente inclusivos.

Para responder ao problema proposto, realizou-se uma pesquisa de abordagem qualiquantitativa, de caráter bibliográfico e documental, voltada à análise da participação do PRONAF no fortalecimento da agricultura familiar na Paraíba. A investigação foi desenvolvida a partir do levantamento e análise de produções acadêmicas e de dados secundários provenientes de fontes institucionais e documentais relacionadas ao objeto de estudo.

A pesquisa bibliográfica consistiu no levantamento e análise de produções acadêmicas já publicadas sobre o tema. Foram consultados artigos científicos, livros, dissertações e teses relevantes para a compreensão do objeto investigado. A revisão da literatura possibilitou situar a pesquisa no campo do conhecimento já produzido, permitindo estabelecer diálogo com diferentes perspectivas teóricas e identificar lacunas existentes na produção acadêmica (Gil, 2008).

A pesquisa documental foi realizada em bases oficiais, como o Painel de Monitoramento do PRONAF, além de reportagens e artigos de opinião, método amplamente utilizado nas ciências sociais para coletar informações sobre características econômicas, sociais e institucionais relacionadas ao objeto investigado. Essas fontes possibilitaram reunir dados empíricos que contribuíram para a compreensão da realidade estudada, permitindo analisar tendências, relações e características presentes no contexto pesquisado (Gil, 2008). A utilização dessas diferentes fontes de informações contribuiu para fortalecer a consistência analítica da pesquisa, possibilitando confrontar dados e interpretações e ampliar a compreensão sobre o fenômeno estudado.

O levantamento quantitativo teve como principal fonte os dados disponibilizados no Painel de Monitoramento do PRONAF relacionadas à evolução do crédito rural destinado à agricultura familiar no Brasil, considerando sua distribuição regional e a participação dos estados. Para esta análise foram considerados indicadores como número de contratos realizados, volume de recursos contratados e evolução das linhas de crédito do PRONAF e do PRONAF Agroecologia.

O recorte temporal compreendeu as safras 2013/2014 e 2025/2026<sup>3</sup>, período correspondente aos dados disponibilizados na plataforma institucional no momento da realização da pesquisa. A escolha desse intervalo possibilitou observar a evolução dos contratos e dos recursos destinados às diferentes modalidades do programa, bem como identificar tendências e alterações na participação da agricultura familiar e da linha de crédito voltada à agroecologia.

Após a seleção das informações, procedeu-se ao estudo e extração das informações específicas referentes à região Nordeste e, particularmente, à Paraíba. Em seguida, os dados foram organizados em planilhas eletrônicas e sistematizados de modo a permitir a comparação, entre os diferentes períodos, no que diz respeito ao volume de crédito e recursos contratados.

A análise dos dados foi realizada de forma descritiva e comparativa, buscando identificar tendências de crescimento, redução ou estabilidade na contratação das linhas de crédito, bem como a participação da Paraíba no contexto nacional. Como critério de análise, os dados da Paraíba foram inicialmente observados de forma descritiva e longitudinal, comparando-se o comportamento do estado entre as diferentes safras. Em seguida, os resultados paraibanos foram confrontados com os dados dos demais estados brasileiros, permitindo identificar a participação relativa da Paraíba no conjunto das operações do PRONAF Agroecologia. Também foi realizada uma comparação entre Paraíba, Nordeste e Brasil, buscando verificar a posição do estado tanto em termos de quantidade de operações quanto de volume de recursos movimentados.

Para a interpretação dos resultados, considerou-se ainda a distribuição espacial das operações entre as Unidades da Federação, utilizando a quantidade acumulada de contratos como um dos critérios para identificar a posição relativa da Paraíba.

Por fim, os resultados quantitativos foram interpretados em articulação com a literatura sobre agricultura familiar, PRONAF e agroecologia, evitando considerar os números de forma isolada. Essa estratégia é coerente com a orientação de que estudos quantitativos podem ser associados à pesquisa bibliográfica e documental para relacionar os dados empíricos aos conceitos e discussões teóricas do trabalho.

---

<sup>3</sup> A coleta dos dados foi realizada nos dias 04 e 05 de junho de 2026, apresentando ainda dados parciais da safra 2025/2026, uma vez que o mesmo tem cronograma vigente até 30 de junho de 2026.

## 2 DESENVOLVIMENTO DA AGROECOLOGIA

A agroecologia consolida-se como campo científico interdisciplinar que integra outras disciplinas científicas, a exemplo da ecologia, agronomia e ciências sociais (Caporal; Costabeber, 2004). Desde a segunda metade do século XX, pesquisadores passaram a questionar os impactos ambientais decorrentes do modelo agrícola intensivo promovido pela Revolução Verde<sup>4</sup>. Implementada em diversos países a partir das décadas de 1950 e 1960, essa estratégia buscava elevar a produtividade agrícola por meio da utilização de sementes melhoradas, fertilizantes sintéticos, agrotóxicos, sistemas de irrigação e mecanização em larga escala (Altieri, 1999).

Embora tenha contribuído significativamente para o aumento da produção de alimentos, a Revolução Verde também provocou uma série de consequências socioambientais. Entre seus principais impactos destacam-se a degradação e erosão dos solos, a contaminação de recursos hídricos pelo uso excessivo de fertilizantes e pesticidas, a redução da biodiversidade decorrente da expansão das monoculturas, o desmatamento para ampliação das áreas agrícolas e a dependência crescente de insumos externos e recursos energéticos não renováveis (Silva et al, 2020; Gliessman, 2009; Moura, 2017). Além disso, a simplificação dos agroecossistemas tornou-os mais vulneráveis a pragas, doenças e variações climáticas, comprometendo a sustentabilidade dos sistemas produtivos no longo prazo.

A partir dessas críticas, estudiosos passaram a defender sistemas produtivos mais diversificados e ambientalmente equilibrados. Nesse contexto, a agroecologia consolidou-se como alternativa ao modelo convencional de agricultura, propondo a aplicação de princípios ecológicos no manejo dos ecossistemas. Essa abordagem valoriza a biodiversidade, os conhecimentos tradicionais das comunidades rurais, a ciclagem natural de nutrientes, a conservação dos recursos naturais e a integração entre produção agrícola e preservação ambiental (Gliessman, 2009; Caporal; Costabeber, 2004).

Dessa forma, a agroecologia não se limita a um conjunto de técnicas produtivas, mas constitui uma abordagem científica e social voltada à construção de sistemas agrícolas

---

<sup>4</sup>A Revolução Verde corresponde ao processo de modernização da agricultura difundido a partir de meados do século XX, baseado na incorporação de tecnologias como sementes de alto rendimento, mecanização, irrigação e uso intensivo de fertilizantes e agrotóxicos, com o objetivo de elevar a produtividade agrícola. Embora tenha contribuído para o aumento da produção, o modelo também esteve associado a impactos socioambientais, como a simplificação dos sistemas produtivos, a concentração fundiária, o êxodo rural e a degradação da biodiversidade (Campagnolla; Macêdo, 2022).

sustentáveis, capazes de conciliar produção de alimentos, conservação dos recursos naturais e desenvolvimento rural (Caporal; Costabeber, 2004; Moura, 2017).

No Brasil, a agroecologia ganhou força a partir da década de 1980, impulsionada pela articulação entre organizações da sociedade civil, movimentos sociais, instituições de pesquisa e agricultores familiares que buscavam alternativas ao modelo agrícola difundido pela Revolução Verde. Nesse contexto, destacaram-se os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativas (EBAA), realizados em 1981, 1984 e 1987, e o Projeto Tecnologias Alternativas da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional); além de centros de pesquisa e universidades que passaram a desenvolver estudos voltados para sistemas agrícolas sustentáveis (Moura, 2017).

De forma simultânea, movimentos sociais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pastorais ligadas à Igreja Católica, sindicatos rurais e diversas organizações de agricultores familiares também contribuíram para difundir práticas agroecológicas e fortalecer a crítica aos impactos sociais e ambientais do modelo convencional de produção agrícola. Esse processo foi intensificado durante a década de 1990, impulsionado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que aconteceu no Rio de Janeiro em 1992, e com a formação de redes de intercâmbio de conhecimentos, capacitação de agricultores e experimentação participativa de tecnologias sustentáveis. (Moura, 2017.)

8

No campo científico e institucional, destacaram-se instituições de pesquisa e ensino que contribuíram para a consolidação da agroecologia como área de produção de conhecimento, entre elas a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e diversas universidades públicas (Moura, 2017). Posteriormente, a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), que “reúne pessoas físicas das mais diversas áreas do conhecimento e de atuação, que, desde 2004, realizam e apoiam ações dedicadas ao fortalecimento das práticas agroecológicas” (ABA, 2026). Também merece destaque a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), fundada em 2002, que “articula vinte e três redes estaduais e regionais, que reúnem centenas de grupos, associações e organizações não governamentais em todo o país, além de quinze movimentos sociais de abrangência nacional” (ANA, 2026).

A partir dos anos 2000, a agroecologia passou a ser incorporada de forma mais consistente à agenda governamental. Entre as principais políticas públicas relacionadas ao fortalecimento da agroecologia destacam-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

(PRONAF), especialmente suas linhas voltadas à agroecologia; a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER); o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); e as ações de promoção da segurança alimentar e nutricional. Essas iniciativas buscaram ampliar o acesso dos agricultores familiares ao crédito, à assistência técnica, à comercialização da produção e aos mercados institucionais, incentivando práticas produtivas ambientalmente sustentáveis e socialmente inclusivas (Moura, 2017).

O principal marco dessa trajetória foi a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), instituída pelo Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, durante o governo Dilma Rousseff (Rocha Neto, 2022). A política foi resultado de um amplo processo participativo envolvendo movimentos sociais, organizações da sociedade civil, pesquisadores, agricultores familiares e órgãos governamentais, com forte protagonismo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e das reivindicações apresentadas na Marcha das Margaridas de 2011 (Moura, 2017).

A PNAPO foi elaborada com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas públicas voltadas à promoção da agroecologia, da produção orgânica e do uso sustentável dos recursos naturais (Brasil, 2012). Sua implementação ocorreu por meio dos Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), cujas edições abrangem os períodos de 2013 a 2015, 2016 a 2019, seguidas do plano referente ao período de 2024 a 2027. Esses planos constituem o principal instrumento de operacionalização da PNAPO, estabelecendo diretrizes e ações voltadas para a promoção da agroecologia no país.

Entre as principais práticas agrícolas sustentáveis destacam-se a adubação verde, a compostagem, o manejo ecológico de pragas, os sistemas agroflorestais, a rotação e consorciação de culturas, o uso de sementes crioulas, a captação e armazenamento de água da chuva e a integração entre produção vegetal e animal. (Aquino; Assis, 2005). No Nordeste brasileiro, essas práticas são frequentemente associadas às estratégias de convivência com o Semiárido, incluindo cisternas, quintais produtivos, bancos comunitários de sementes, barragens subterrâneas e sistemas agroflorestais adaptados às condições climáticas da região (Silva et al., 2026; Santos; Trocoli; Pereira, 2023; Ferreira et al., 2007; Oliveira et al., 2026).

Atualmente, a agroecologia ocupa posição de destaque nos debates sobre desenvolvimento rural sustentável, segurança alimentar e enfrentamento das mudanças climáticas, sendo o Brasil reconhecido internacionalmente como uma das principais referências

na construção de políticas públicas voltadas à agroecologia (Rocha Neto, 2022). A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) foi reconhecida internacionalmente como uma das mais relevantes iniciativas de promoção da agroecologia, recebendo, em 2018, o prêmio *Future Policy Award*, concedido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), pelo World Future Council e pela IFOAM – Organics International, que a classificaram entre as melhores políticas públicas de agroecologia do mundo (Borges, 2018).

Apesar desse reconhecimento, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) ainda enfrenta desafios relacionados à ampliação do financiamento, da assistência técnica e da escala de produção agroecológica (Borges, 2018), embora tenha sido criado em 2003 uma linha de financiamento específica. Oliveira et al (2018) destaca que o PRONAF, criado em 1996 como uma política pública destinada a ampliar o acesso dos agricultores familiares ao crédito agrícola e ao apoio institucional, estaria disseminando a lógica da produtividade e o fortalecimento do modelo capitalista e patronal entre os pequenos produtores, sendo institucionalizado no programa o incentivo a modelos de produção mais sustentáveis somente em 2003, também relacionado aos limites do modelo produtivo associado à Revolução Verde.

Campagnolla e Macêdo (2022) apontam que, embora a modernização agrícola tenha contribuído para o aumento da produtividade e da oferta de alimentos, também esteve associada à concentração fundiária, à simplificação dos sistemas produtivos, à dependência de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos e à exclusão de pequenos agricultores descapitalizados. Nesse sentido, a linha foi concebida para financiar projetos de base agroecológica ou orgânica, constituindo uma tentativa de aproximar a política de crédito rural das demandas por diversificação produtiva e conservação dos recursos naturais, à segurança alimentar e à geração de renda. (Oliveira et al, 2018).

Apesar desse potencial, Arantes (2025) evidencia que o PRONAF Agroecologia permanece com baixa participação no conjunto dos contratos e dos recursos do PRONAF. O autor, ao analisar os dados referentes ao período de 2013/2014 a 2022/2023 no Brasil, identificou baixa representatividade da linha, demonstrando que do total de contratos celebrados no país na safra de 2022/2023, apenas 0,0059% foram destinados à propostas agroecológicas, equivalente à apenas 0,050% do valor financiado pela linha de incentivo à agroindústria. Essa questão é particularmente relevante quando se observa a distribuição territorial dos recursos, uma vez que as desigualdades regionais também se reproduzem no acesso às políticas de crédito.

No Nordeste brasileiro, a agroecologia tem apresentado avanços significativos, especialmente por meio das redes de agricultores familiares, das organizações comunitárias e dos programas de convivência com o Semiárido, consolidando-se como uma estratégia relevante para a promoção da sustentabilidade ambiental, da inclusão social e da permanência das famílias no campo (Silva et al, 2018). É nesse cenário que se insere a discussão sobre o financiamento da agroecologia na Paraíba, buscando compreender em que medida o PRONAF Agroecologia tem alcançado os agricultores familiares, quais recursos são mobilizados e quais obstáculos ainda limitam sua expansão.

### 3 ANÁLISE DO PRONAF E DO FINANCIAMENTO DA AGROECOLOGIA NA PARAÍBA

A análise dos dados do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, obtidos por meio do Painel de Monitoramento do PRONAF, disponibilizado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), permite compreender a evolução do crédito rural destinado à agricultura familiar no Brasil, considerando sua distribuição regional e a participação da região Nordeste. Para esta análise foram considerados indicadores como número de contratos realizados, volume de recursos contratados e evolução das linhas de crédito do PRONAF e do PRONAF Agroecologia entre as safras 2013/2014 e 2025/2026.

II

Os dados demonstram uma expansão significativa do crédito rural destinado à agricultura familiar no Brasil ao longo do período analisado. O número de operações (quantidade de contratos firmados) manteve-se acima de 1,3 milhão de contratos anuais na maior parte das safras observadas, alcançando aproximadamente 1,84 milhão de operações em 2023/2024. Em termos financeiros, o volume contratado apresentou crescimento expressivo passando de R\$ 21,79 bilhões na safra 2013/2014 para R\$ 62,60 bilhões em 2023/2024 e R\$ 65,49 bilhões em 2024/2025. A comparação entre a evolução do número de operações e do volume de recursos indica que, ao longo do período analisado, o crescimento financeiro superou o aumento das operações. Também se observa uma tendência de crescimento dos recursos destinados ao PRONAF ao longo do período analisado, apesar das oscilações observadas entre algumas safras, evidenciando o fortalecimento do programa.

**Figura 1** – Evolução das operações e dos valores financiados pelo PRONAF no Brasil (2013/2014 – 2025/2026)

| Safra    | Operações Brasil | Valores Brasil        |
|----------|------------------|-----------------------|
| 2013/14  | 1.782.813        | R\$ 21.788.267.116,96 |
| 2014/15  | 1.877.291        | R\$ 23.841.888.706,90 |
| 2015/16  | 1.196.486        | R\$ 16.533.457.232,46 |
| 2016/17  | 1.541.546        | R\$ 22.280.993.577,56 |
| 2017/18  | 1.526.839        | R\$ 22.903.077.226,22 |
| 2018/19  | 1.340.913        | R\$ 23.428.092.361,08 |
| 2019/20  | 1.403.091        | R\$ 28.856.348.000,39 |
| 2020/21  | 1.481.231        | R\$ 33.117.783.545,32 |
| 2021/22  | 1.433.314        | R\$ 41.583.649.443,85 |
| 2022/23  | 1.449.110        | R\$ 53.376.052.540,34 |
| 2023/24  | 1.838.494        | R\$ 62.597.837.347,37 |
| 2024/25  | 1.832.397        | R\$ 65.488.662.090,90 |
| 2025/26* | 1.816.267        | R\$ 60.869.243.135,61 |

**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados do Painel de Monitoramento do PRONAF/MDA(2026).

Quando observados os dados do Nordeste, verifica-se um crescimento superior a 25% no número de operações de crédito entre as safras de 2013/2014 e 2024/2025, ampliando o número de operações de 782.297 para 1.045.333. Na Paraíba esse avanço foi ainda mais expressivo, com aumento de 57.506 operações na safra 2013/2014 para 103.776 em 2024/2025, representando crescimento superior a 80% no período. O volume financeiro contratado também apresentou expansão significativa, passando de R\$ 188,9 milhões para R\$ 887,1 milhões entre as safras de 2013/2014 e 2023/2024.

12

**Figura 2** – Evolução das operações e dos valores financiados pelo PRONAF no Nordeste e na Paraíba (2013/2014– 2025/2026)

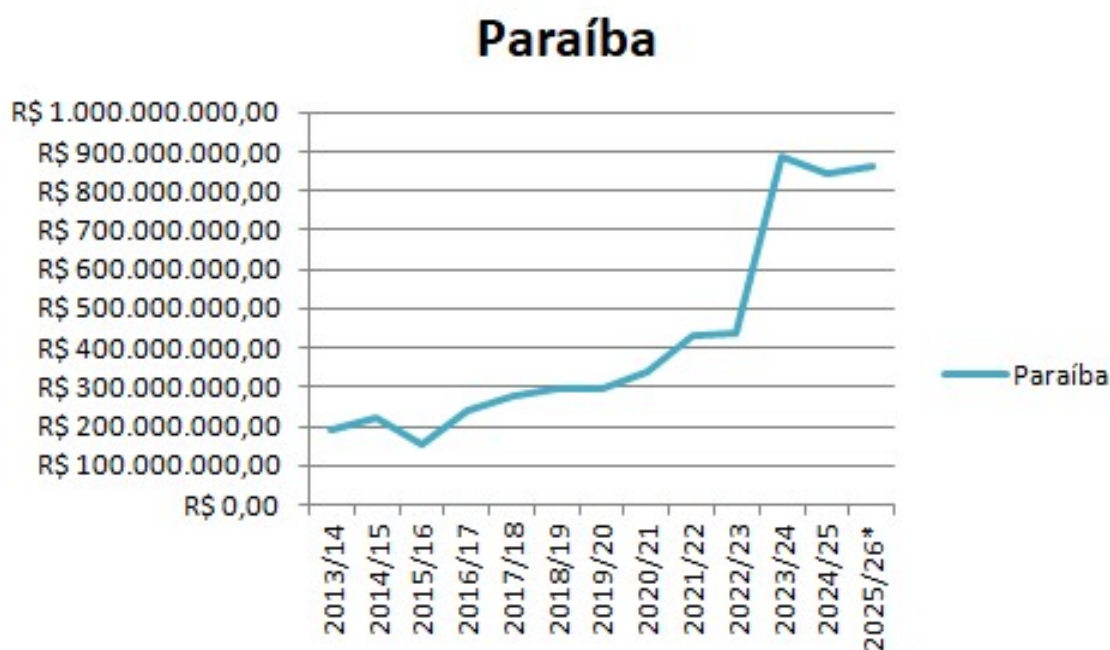
| Safra    | Operações NE | Valores NE            | Operações PB | Valores PB           |
|----------|--------------|-----------------------|--------------|----------------------|
| 2013/14  | 782.297      | R\$ 3.080.893.523,87  | 57.506       | R\$ 188.857.333,57   |
| 2014/15  | 905.764      | R\$ 3.448.337.539,35  | 65.413       | R\$ 222.224.312,87   |
| 2015/16  | 551.064      | R\$ 1.988.075.691,48  | 47.411       | R\$ 152.963.167,80   |
| 2016/17  | 792.941      | R\$ 2.949.625.868,03  | 70.649       | R\$ 238.879.737,97   |
| 2017/18  | 816.474      | R\$ 3.556.206.476,41  | 74.684       | R\$ 278.173.282,90   |
| 2018/19  | 704.706      | R\$ 3.514.674.789,89  | 65.498       | R\$ 298.485.501,27   |
| 2019/20  | 741.441      | R\$ 4.080.293.722,37  | 62.060       | R\$ 296.477.272,40   |
| 2020/21  | 808.003      | R\$ 4.811.530.248,68  | 68.063       | R\$ 338.161.474,93   |
| 2021/22  | 750.968      | R\$ 5.971.805.603,95  | 71.149       | R\$ 430.384.205,88   |
| 2022/23  | 702.731      | R\$ 6.463.691.547,34  | 69.609       | R\$ 438.583.481,50   |
| 2023/24  | 1.025.615    | R\$ 11.747.395.520,35 | 103.776      | R\$ 887.078.793,76   |
| 2024/25  | 1.045.333    | R\$ 12.288.565.217,78 | 91.613       | R\$ 842.720.827,14   |
| 2025/26* | 1.108.814    | R\$ 12.564.388.108,50 | 93.753       | R\$ 862.646.421,63   |
| TOTAL    | 10.736.151   | R\$ 76.465.483.858,00 | 941.184      | R\$ 5.475.635.813,62 |

**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados do Painel de Monitoramento do PRONAF/MDA(2026).

A Figura 2 evidencia que, embora a evolução do crédito rural tenha sido observada em toda a região Nordeste, a Paraíba apresentou crescimento consistente do crédito rural ao longo dos últimos anos. O volume de recursos contratados passou de R\$ 430,4 milhões em 2021/2022 para R\$ 887,1 milhões em 2023/2024, alcançando R\$ 842,7 milhões na safra 2024/2025. O número de operações atingiu 103.776 contratos em 2023/2024, indicando a expansão do número de contratos de crédito à agricultura familiar no estado. E, apesar da redução observada entre as safras 2023/2024 e 2024/2025, a Paraíba manteve patamar de financiamento significativamente superior ao registrado no início do período analisado.

A evolução dos valores financiados na Paraíba pode ser melhor observada na Figura 3, que deixa em evidência a trajetória de crescimento dos recursos destinados ao PRONAF entre os anos 2013 e 2026.

**Figura 3** – Gráfico de Evolução dos valores financiados pelo PRONAF na Paraíba (2013/2014–2025/2026)



**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados do Painel de Monitoramento do PRONAF/MDA(2026).

No caso específico do PRONAF Agroecologia, linha de crédito destinada ao financiamento de sistemas de produção agroecológicos e orgânicos, incluindo investimentos em infraestrutura produtiva, bioinsumos, recuperação ambiental, certificação orgânica, armazenamento de sementes crioulas e tecnologias voltadas à sustentabilidade dos

agroecossistemas, os resultados revelam características de destaque em relação aos demais estados.

Na Paraíba, foram registradas um total de 1.237 operações entre as safras 2015/2016 e 2025/2026, número superior ao observado em todos os estados brasileiros, representando mais de 43% das operações realizadas no país e mais de 65% de operações registradas na região Nordeste. O pico de operações ocorreu na safra 2018/2019, quando foram firmados 431 contratos, representando aproximadamente 78% das operações de toda a região Nordeste naquele período. Esses resultados confirmam o protagonismo da Paraíba na utilização do PRONAF Agroecologia como instrumentos públicos de incentivo à transição para sistemas produtivos sustentáveis.

**Figura 4** – Números de contratos do PRONAF AGROECOLOGIA por safra na região Nordeste (2015/2016–2025/2026)

| Safra        | AL        | BA        | CE        | MA        | PB           | PE         | PI        | RN         | SE       |
|--------------|-----------|-----------|-----------|-----------|--------------|------------|-----------|------------|----------|
| 2015/16      | 0         | 0         | 0         | 0         | 26           | 0          | 0         | 0          | 0        |
| 2016/17      | 7         | 2         | 10        | 1         | 158          | 0          | 0         | 12         | 0        |
| 2017/18      | 60        | 2         | 6         | 0         | 294          | 45         | 0         | 10         | 0        |
| 2018/19      | 12        | 0         | 0         | 1         | 431          | 22         | 0         | 0          | 0        |
| 2019/20      | 0         | 3         | 6         | 0         | 212          | 0          | 0         | 0          | 0        |
| 2020/21      | 0         | 0         | 0         | 0         | 5            | 0          | 0         | 0          | 0        |
| 2021/22      | 0         | 2         | 2         | 3         | 19           | 0          | 0         | 5          | 0        |
| 2022/23      | 0         | 4         | 12        | 1         | 23           | 0          | 1         | 3          | 0        |
| 2023/24      | 0         | 14        | 27        | 41        | 53           | 3          | 5         | 63         | 2        |
| 2024/25      | 0         | 3         | 8         | 23        | 5            | 5          | 7         | 21         | 0        |
| 2025/26*     | 3         | 69        | 20        | 13        | 11           | 64         | 31        | 12         | 0        |
| <b>TOTAL</b> | <b>82</b> | <b>99</b> | <b>91</b> | <b>83</b> | <b>1.237</b> | <b>139</b> | <b>44</b> | <b>126</b> | <b>2</b> |

**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados do Painel de Monitoramento do PRONAF/MDA(2026).

A Figura 4 deixa em relevo que a distribuição das operações na Paraíba não ocorreu de forma linear ao longo do período analisado, apresentando oscilações entre as safras. O maior número de contrato foi registrado em 2018/2019, seguido por uma redução gradual do número de operações nos anos seguintes. Apesar disso, a Paraíba manteve posição de destaque na utilização dessa linha de crédito, quando comparada aos demais estados da região Nordeste.

Além do número de operações contratadas, a análise dos recursos financeiros destinados ao PRONAF Agroecologia permite compreender a dimensão dos investimentos realizados na Paraíba entre as safras 2015/2016-2025/2026.

**Figura 5** – Valor médio do PRONAF Agroecologia por safra na Paraíba (2015/2016–2025/2026)

| Safra    | OPERAÇÕES | VALORES          | VALOR MÉDIO   |
|----------|-----------|------------------|---------------|
| 2015/16  | 26        | R\$ 138.994,74   | R\$ 5.345,95  |
| 2016/17  | 158       | R\$ 766.279,05   | R\$ 4.849,87  |
| 2017/18  | 294       | R\$ 1.974.865,41 | R\$ 6.717,23  |
| 2018/19  | 431       | R\$ 2.670.320,21 | R\$ 6.195,23  |
| 2019/20  | 212       | R\$ 2.027.703,51 | R\$ 9.564,64  |
| 2020/21  | 5         | R\$ 40.408,72    | R\$ 8.081,74  |
| 2021/22  | 19        | R\$ 134.842,98   | R\$ 7.097,00  |
| 2022/23  | 23        | R\$ 347.008,50   | R\$ 15.087,33 |
| 2023/24  | 53        | R\$ 803.457,83   | R\$ 15.159,58 |
| 2024/25  | 5         | R\$ 58.633,57    | R\$ 11.726,71 |
| 2025/26* | 11        | R\$ 515.020,00   | R\$ 46.820,00 |

**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados do Painel de Monitoramento do PRONAF/MDA(2026).

Em termos financeiros, os investimentos do PRONAF Agroecologia na Paraíba totalizaram aproximadamente R\$ 9,5 milhões entre as safras de 2015/2016 e 2025/2026. Observam-se oscilações tanto no número de operações quanto nos valores contratados entre as safras, com maior concentração de investimentos entre as safras de 2017/2018 e 2019/2020. Após esse período, verifica-se redução dos valores financiados, seguida de novo crescimento a partir de 2023/2024, alcançando R\$ 515 mil na safra parcial de 2025/2026.

Além disso, o valor médio das operações apresentou forte crescimento quando considerados os extremos do período de análise, passando de R\$ 5,3 mil na safra de 2015/2016 para R\$ 46,8 mil na safra parcial de 2025/2026. Esse comportamento indica aumento do valor financiado por operação, embora se observe redução dos números de contratos, o que sugere uma mudança no perfil dos financiamentos concedidos pelo programa. Quando observamos a safra de 2018/2019, período com maior número de contratos, o valor médio dos financiamentos é inferior ao verificado na safra de 2020/2021 ou 2024/2025, que apresentaram menor número de contratos. Esse cenário indica que, embora o valor das operações tenha aumentado ao longo do período analisado, o número de agricultores beneficiados pode ter diminuído, o que aponta para a necessidade de analisar as condições de acesso ao financiamento do programa.

Como já tratamos anteriormente, a participação do PRONAF Agroecologia no conjunto do crédito do programa permanece reduzida em escala nacional e é justamente nesse cenário de desigualdade regional que a posição da Paraíba ganha destaque. A maior expressão da agroecologia no território pode estar relacionada a um conjunto de fatores históricos, sociais e

institucionais que ultrapassam a própria política de crédito. Targino e Moreira (2020) apontam que a expressiva presença da agricultura familiar no estado, associada à atuação de organizações da sociedade civil, entidades de assistência técnica e políticas públicas voltadas à convivência com o semiárido, contribuíram para a difusão de práticas agroecológicas.

Segundo Targino e Moreira (2020), com base no Censo Agropecuário de 2017, a Paraíba possuía 125.489 estabelecimentos familiares, correspondentes a 76,9% do total de estabelecimentos agropecuários do estado. Esses estabelecimentos ocupavam 42,1% da área agropecuária paraibana, sendo a área média das unidades familiares de apenas 11,5 hectares, aproximadamente cinco vezes inferior à área média dos estabelecimentos não familiares. Além disso, organizações como a Articulação do Semiárido (ASA-PB), a Assessoria e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa (AS-PTA/PB), o Centro de Educação Popular e Formação Social (CEPFS) e o Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas (Patac) desempenharam papel relevante na Paraíba, atuando não apenas na disseminação de tecnologias, mas também na formação de lideranças e no fortalecimento das organizações comunitárias (Targino; Moreira, 2020).

Os resultados obtidos permitem identificar importantes contribuições do PRONAF para a agricultura familiar e para a agroecologia. O acesso ao crédito possibilita investimentos em infraestrutura, mecanização apropriada, irrigação, armazenamento, beneficiamento da produção, aquisição de equipamentos e incorporação de tecnologias produtivas. Entretanto, essa relação não deve ser interpretada como evidência de que o programa, isoladamente, explique o desenvolvimento da agroecologia paraibana, uma vez que há limitações de acesso ao crédito e baixa representatividade da linha Agroecologia no conjunto do PRONAF (Oliveira et al., 2018; Arantes, 2025).

Outro aspecto relevante refere-se à possibilidade de fortalecimento das economias locais a partir do crédito rural. Os recursos destinados à agricultura familiar apresentam elevada capacidade de circulação e tendem a ser empregados na aquisição de insumos, contratação de serviços e comercialização da produção, o que pode indicar a contribuição do programa para dinamizar mercados locais, ampliar a geração de renda e fortalecer redes econômicas territoriais. Nesse sentido, a utilização do PRONAF Agroecologia pode ser compreendida como parte de uma trajetória mais ampla de construção de alternativas produtivas no estado, especialmente diante das condições socioambientais do semiárido (Oliveira et al., 2018).

Os resultados também evidenciam limitações e contradições presentes na política de desenvolvimento rural brasileira, pois, embora os recursos destinados à agricultura familiar e a agroecologia tenham aumentado significativamente nas últimas décadas, os investimentos em termos percentuais permanecem expressivamente reduzidos quando comparados aos investimentos destinados para médios e grandes produtores.<sup>5</sup> Paralelamente, persistem problemas relacionados à concentração fundiária e conflitos pela terra<sup>6</sup>, expansão das monoculturas<sup>7</sup> e aumento do uso de agrotóxicos<sup>8</sup>. Tais fatores limitam o potencial transformador das políticas voltadas à agricultura familiar e à agroecologia.

Outro desafio refere-se à vulnerabilidade socioeconômica das famílias rurais. Estudos realizados no Semiárido nordestino indicam que a renda das famílias agricultoras é frequentemente complementada por aposentadorias rurais, programas de transferência de renda e atividades não agrícolas, reforçando que o crédito rural de forma isolada não é suficiente para superar os problemas estruturais de pobreza e desigualdade historicamente presentes no meio rural (Souza, 2017; Schneider, 2006; Castro, 2021). Assim, embora o PRONAF represente um importante instrumento de fortalecimento da agricultura familiar, sua efetividade depende da articulação com outras políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural.

Diante desse cenário, os resultados reforçam a necessidade de fortalecimento constante das políticas públicas voltadas à agricultura familiar e à agroecologia. A ampliação da assistência técnica e extensão rural, o incentivo à comercialização da produção agroecológica, o fortalecimento dos mercados institucionais, a adaptação às mudanças climáticas e a integração entre políticas de crédito, educação, infraestrutura e desenvolvimento territorial constituem elementos fundamentais para ampliar a efetividade do PRONAF e promover o desenvolvimento sustentável.

Conclui-se que a utilização do PRONAF Agroecologia pode ser compreendida como parte de uma trajetória mais ampla de construção de alternativas produtivas no estado,

---

<sup>5</sup> O Plano Safra 2025/2026, lançado em julho de 2025, anunciou investimentos na ordem de R\$ 516,2 bilhões destinado à agricultura para o médio e grande produtor, contando com um acréscimo de R\$ 8 bilhões em relação ao ano safra anterior. Fonte: Ministério da Agricultura e Pecuária.

<sup>6</sup> Ver em: <https://anovademocracia.com.br/cresce-mortes-na-luta-pela-terra/> Acesso em: 14 de jun. 2026

<sup>7</sup> Vem em: <https://oeco.org.br/reportagens/na-chapada-do-araripe-expansao-de-monoculturas-acompanha-alta-de-2-800-no-desmatamento/> Acesso em: 14 de jun. 2026

<sup>8</sup> Ver em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/liberacao-de-agrotoxicos-bate-recorde-em-2024/> Acesso em: 14 de jun. 2026

especialmente diante das condições socioambientais do semiárido. O programa exerce importante papel para o desenvolvimento rural sustentável, especialmente no Nordeste e, de forma mais expressiva, na Paraíba. Contudo, a consolidação de um modelo de desenvolvimento rural mais justo e sustentável dependerá do enfrentamento das desigualdades estruturais que ainda caracterizam o campo brasileiro.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar e a agroecologia apresentam grande potencial para promover um modelo de desenvolvimento rural mais sustentável, inclusivo e socialmente justo. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) desempenha papel central ao viabilizar investimentos produtivos, ampliar o acesso ao crédito rural e fortalecer a reprodução social das famílias agricultoras. Entre os principais avanços observados nas últimas décadas destacam-se a ampliação do acesso ao financiamento, o reconhecimento institucional da agricultura familiar como segmento estratégico para a segurança alimentar do país e o incentivo à adoção de práticas produtivas sustentáveis, especialmente por meio de linhas específicas como o PRONAF Agroecologia.

A importância dessa política torna-se ainda mais evidente na região Nordeste, onde se concentra parcela significativa dos agricultores familiares brasileiros e onde as condições socioeconômicas e ambientais impõem desafios históricos ao desenvolvimento rural. Em áreas marcadas pela irregularidade climática, escassez hídrica e vulnerabilidade socioeconômica, o crédito rural, associado à assistência técnica e às práticas agroecológicas, contribui para ampliar a capacidade produtiva das famílias, fortalecer a segurança alimentar e promover estratégias de convivência com o Semiárido. Nesse cenário, os dados analisados confirmam que a Paraíba destaca-se nacionalmente pela elevada participação nos projetos financiados pelo PRONAF Agroecologia.

Entretanto, a análise também evidencia importantes contradições presentes no desenvolvimento rural brasileiro. Embora o Estado tenha ampliado os investimentos destinados à agricultura familiar e à agroecologia, parcela significativamente maior dos recursos públicos continua direcionada ao agronegócio empresarial, setor que ocupa posição central na pauta de exportações do país. Paralelamente, observa-se a manutenção de processos históricos de concentração fundiária, expansão das monoculturas e aumento da utilização de agrotóxicos, fenômenos frequentemente associados à degradação ambiental, à contaminação dos recursos

naturais e à intensificação dos conflitos pela terra e pelos recursos hídricos, o que limita o potencial transformador das políticas voltadas ao fortalecimento da agroecologia.

Essa contradição torna-se evidente quando se observa que, ao mesmo tempo em que políticas públicas incentivam sistemas agroecológicos e sustentáveis, o país registra sucessivas ampliações no número de produtos agrotóxicos autorizados para comercialização e uso agrícola. Tal cenário evidencia a coexistência de dois modelos de desenvolvimento rural frequentemente conflitantes: de um lado, um modelo baseado na agricultura familiar, na diversificação produtiva e na sustentabilidade ambiental; de outro, um modelo orientado pela produção em larga escala, pela especialização produtiva e pela elevada dependência de insumos químicos.

Além disso, persistem desafios estruturais relacionados à pobreza rural. Em diversos municípios nordestinos, especialmente no Semiárido, muitas famílias beneficiárias do PRONAF continuam apresentando baixos níveis de renda e elevada dependência de políticas de transferência de renda, como programas de assistência social. Em muitos casos, a renda agrícola não constitui a principal fonte de sustento familiar, sendo complementada por aposentadorias rurais, benefícios sociais e atividades não agrícolas. Esse contexto demonstra que o acesso ao crédito, embora fundamental, não é suficiente para superar isoladamente as desigualdades históricas que caracterizam o espaço rural brasileiro.

19

Dessa forma, o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia requer a construção de uma agenda integrada de desenvolvimento rural capaz de enfrentar simultaneamente os desafios econômicos, sociais e ambientais. Tal agenda deve contemplar a ampliação da assistência técnica e extensão rural, o fortalecimento dos mercados institucionais, o incentivo à comercialização da produção agroecológica, o acesso à terra, a adaptação às mudanças climáticas e a articulação entre políticas de crédito, educação, infraestrutura e proteção social. Somente por meio dessa integração será possível reduzir as desigualdades territoriais e regionais, ampliar a autonomia econômica das famílias agricultoras e consolidar um modelo de desenvolvimento rural verdadeiramente sustentável e inclusivo para o Nordeste, para a Paraíba e para o conjunto do país.

Conclui-se, portanto, que o PRONAF e, em especial, o PRONAF Agroecologia, representam instrumentos estratégicos para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, porém insuficiente. Os resultados apresentados demonstram a relevância dessa política e evidenciam o protagonismo da Paraíba em relação à quantidade de contratos firmados nessa modalidade de crédito. Ao mesmo tempo, reforçam que sua efetividade, em longo prazo,

depende do fortalecimento de políticas públicas complementares que enfrentem as contradições existentes entre os diferentes modelos de desenvolvimento agrícola e promovam maior equilíbrio entre crescimento econômico, justiça social e conservação ambiental.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Montevideu: Editorial Nordan-Comunidad, 1999.

AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de (ed.). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Seropédica, RJ: Embrapa Agrobiologia, 2005.

AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **O financiamento público da produção agroecológica e orgânica no Brasil: inovação institucional, obstáculos e desafios**. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. (org.). *A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília, DF: Ipea, 2017.

ARANTES, Thiago Ramalho de Rezende. **Pronaf e agroecologia no Brasil: uma análise das políticas públicas e desafios para a consolidação de práticas sustentáveis**. Cadernos de Estudos Interdisciplinares, v. 7, n. 1, 2025.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). **Quem somos**. Disponível em: <https://agroecologia.org.br>. Acesso em: 19 jun. 2026.

20

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA (ABA). **Quem somos**. Disponível em: <https://aba-agroecologia.org.br/sobre-a-aba-agroecologia/sobre-a-aba/>. Acesso em: 19 jun. 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução CMN nº 4.889, de 26 de março de 2021**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2021. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?numero=4889&tipo=RESOLU%C3%87%C3%83O%20CMN&utm\\_source=](https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?numero=4889&tipo=RESOLU%C3%87%C3%83O%20CMN&utm_source=). Acesso em: 19 jun. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 ago. 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19 jun. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Governo Federal lança Plano Safra da Agricultura Familiar 2025/2026**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mda>. Acesso em: 19 jun. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Painel de Monitoramento do PRONAF**. Brasília, DF, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mda>. Acesso em: 19 jun. 2026.

BORGES, Lizely. **Premiada internacionalmente, Política Nacional de Agroecologia padece diante de poucos investimentos públicos**. 16 out. 2018. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/premiada-internacionalmente-politica-nacional-de-agroecologia-padece-diante-de-poucos-investimentos-publicos/22944>. Acesso em: 14 jun. 2026.

CAMPAGNOLLA, Clayton; MACÊDO, Manoel Moacir Costa. **Revolução Verde: passado e desafios atuais**. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 39, e26952, 2022.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília, DF: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARVALHO, Daniel. **Liberação de agrotóxicos bate recorde em 2024**. CNN Brasil, São Paulo, 27 dez. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/liberacao-de-agrotoxicos-bate-recorde-em-2024/>. Acesso em: 14 jun. 2026.

CASTRO, César Nunes de; FREITAS, Rogério Edivaldo. **Agricultura familiar nordestina, políticas públicas e segurança alimentar**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2021.

CASTRO, César Nunes de; CEREZINI, Monise Terra. **Capacidade adaptativa às mudanças climáticas de agricultores familiares no Semiárido brasileiro**. *Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*, v. 18, n. 1, 2024

21

**Cresce o número de mortes na luta pela terra**; políticas de apoio ao agro agravam cenário de guerra. A Nova Democracia, Rio de Janeiro, 19 dez. 2025. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/cresce-mortes-na-luta-pela-terra/>. Acesso em: 14 jun. 2026.

DAMASCENO, Gabriel; MARQUES, Karizia. **Na Chapada do Araripe, expansão de monoculturas acompanha alta de 2.800% no desmatamento**. O Eco, Rio de Janeiro, 27 mar. 2026. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/na-chapada-do-araripe-expansao-de-monoculturas-acompanha-alta-de-2-800-no-desmatamento/>. Acesso em: 14 jun. 2026.

FERREIRA, Gizelia Barbosa; MENDONÇA, Cláudio Evangelista Santos; CHAVES, Vanessa Carine; GAVA, Carlos Alberto Tuão; SILVA, Maria Sonia Lopes da; GIONGO, Vanderlise. **Barragem subterrânea: uma alternativa sustentável para a agricultura familiar no semi-árido brasileiro**. *Cadernos de Agroecologia*, v. 2, n. 2, p. 1620-1624, 2007

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017: Agricultura Familiar – Resultados Definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro\\_2017\\_agricultura\\_familiar.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_agricultura_familiar.pdf). Acesso em: 19 jun. 2026.

MOURA, Iracema Ferreira de. **Antecedentes e aspectos fundantes da agroecologia e da produção orgânica na agenda das políticas públicas no Brasil**. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. (org.). *A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: Ipea, 2017. p. 25-52.

OLIVEIRA, Erivaldo; SILVA, Jsé; Gomes, Tiago; JOSEPH, Djalou; MONTEBELLO, Adriana; MARJOTTA-MAISTRO, Marta. **Análise do Pronaf Agroecologia numa perspectiva de desenvolvimento rural sustentável**. *Cadernos de Agroecologia*, v. 13, n. 1, 2018.

OLIVEIRA, Luciana Souza de; SOUSA, Jefferson Carvalho de; GOYANNA, Gustavo Jardim Ferraz; ALMEIDA, Luis Carlos Pita de; CALIXTO, Mateus Nogueira; SOUZA, Amancio Holanda de. **Agrofloresta no semiárido: contribuições ambientais e produtivas**. *Cadernos de Agroecologia*, v. 21, n. 1, 2026.

ROCHA NETO, João Mendes da. **Tão perto e tão longe: trajetória da agroecologia na agenda brasileira de políticas públicas**. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 46, número especial 2, p. 455-466, 2022.

SANTOS, Christiane Fernandes dos; SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto; ARAÚJO, Iriane Teresa de; MAIA, Zildenice Matias Guedes. **A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar**. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 33-52, 2014.

SANTOS, Naara de Carvalho Silva; TROCOLI, Rafael Oliva; PEREIRA, Monica Aparecida Tomé. **Mapeamento de Bancos Comunitários de Sementes Crioulas no Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru**. *Revista Caatinga*, v. 36, n. 3, 2023.

SILVA, Rodrigo Ozelame da; GEMIM, Bruna Schmidt; VEIGA, Júlio Carlos Bittencourt. **Transição agroecológica no rural brasileiro: a complexidade de quatro experiências práticas**. *GeoPantanal*, Corumbá, n. 28, p. 93-110, 2020.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emilia. **Agricultura familiar na Paraíba: perfil com base no Censo Agropecuário de 2017**. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 133-154, 2020.